

Ainda sem consenso com estados, Lira admite ajustes na reforma tributária

NEGOCIAÇÃO DECISIVA

REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados pressionam por ajustes na proposta; Lira diz que 'não há paixão pelo texto'

GABRIEL BARROA, GERALDA DOCA, RYNDALAN FREITAS, ERICIAN MONTEIRO e ANTONIO MOURA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo mobilizam esforços para votar a Reforma Tributária nesta semana e garantir sua aprovação na Casa antes do recesso parlamentar, que começa dia 17. Mas, diante da articulação de estados, que tentam modificar trechos da proposta, Lira afirmou ontem que o texto só irá a plenário "quando houver quórum suficiente" e não se comprometeu com uma data específica. Enquanto isso, governadores e senadores de oito estados se reúnem hoje para discutir a proposta: Tarcísio de Freitas (São Paulo), Claudio Castro (Rio), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Eduardo Riedel (Mato Grosso do Sul), Jorgeinho Mello (Santa Catarina), Ratinho Júnior (Paraná), Renato Casagrande (Espírito Santo) e Romeu Zema (Minas Gerais). O próprio presidente da Câmara já admite ajustes no texto a pedido dos

governadores. — Não há paixão pelo texto. Alguns governadores estão com o pleito de que façam a arrecadação de impostos e sua repartição. Acho que o principal fiador do governo para a Reforma Tributária, e é dele que tem partido o pedido aos líderes para que mobilizem suas bancadas. O esforço concentrado é necessário diante da extensa pauta econômica com temas de interesse do governo no Congresso nesta semana, que inclui ainda a votação do arcabouço fiscal e das mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), item que precisa ser apreciado antes da Reforma Tributária.

Segundo fontes próximas ao presidente da Câmara, a iniciativa reflete a vontade de deixar "um legado econômico" ao fim de seu segundo mandato na Casa. Além disso, a reforma é tema de interesse da sociedade como um todo e do mercado financeiro, com quem tem interlocução.

Em outra frente, o pedido de Lira, o segundo maior bloco partidário da Casa, que soma 142 deputados, vai se reunir hoje em dois encontros para discutir as mudanças no Carf e o texto final da Reforma Tributária, com a presença do relator da proposta para simplificar impostos. Os 142 parlamentares correspondem a mais de um quarto dos 513 deputados da Casa. O grupo, porém, é formado por MDB, PSJ, Republicanos, Podemos e PSC, uma composição que

inclui aliados e opositores, por isso é dado como certo que haverá divergências. A Reforma Tributária precisa de 308 votos entre os 513 deputados para ser aprovada e seguir para o Senado.

— Não queremos trabalhar junto aos líderes da Câmara para que eles possam concluir a votação esta semana. Todo o esforço do governo tem sido no sentido de apelar essa disposição do presidente da Câmara, do relator do Grupo de Trabalho, de votarmos esta semana (a Reforma Tributária) — disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

CRITÉRIO DO BOLSA FAMÍLIA O ministro afirmou que o Executivo está aberto para receber governadores e tratar dos pontos divergentes. Na noite de domingo, o governador de São Paulo reuniu 30 deputados federais em um jantar, no Palácio dos Bandeirantes, no qual expôs suas discordâncias com o texto da reforma. O evento reuniu parlamentares da base de Tarcísio, como PL, PSD e União Brasil, e de partidos como PT e PSC. Segundo de-

putados, há apoio a 90% da reforma, mas houve pedido de apoio para mudança em alguns pontos.

São Paulo é um dos 11 estados que se manifestaram contra a criação do conselho federativo. A ideia, defendida inicialmente pelo Paraná que foi ganhando adeptos, é que cada estado continue responsável pela arrecadação de seus tributos e faça a divisão entre os municípios. Na lista dos estados que querem retirar o conselho do texto estão: Pará, São Paulo, Rio, Goiás, Maranhão, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Ceará, Minas Gerais.

Tarcísio criticou o critério para dividir recursos do chamado Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que será usado para investimentos nos estados. O governo acena com aporte máximo de R\$ 40 bilhões por ano. Os estados defendem gastar de R\$ 75 bilhões, mas já acenam com algo como R\$ 60 bilhões. Tarcísio manifestou preocupação com a falta de recursos a que São Paulo teria direito, já que parte dos governadores defende que os estados com menor receita tenham prioridade no recebimento.

A proposta de Tarcísio, segundo parlamentares presentes ao jantar, usará o número de beneficiários do Bolsa Família como critério, o que elevaria substancialmente a fatia de São Paulo na divisão do bolo, já que o estado tem ficado no topo da lista de beneficiários.

São Paulo não é o único que tem se manifestado com críticas ao texto. Mas há outro ponto de divergência nos estados. Os governadores querem que o IBS entre em vigor em 2026, mas com adoção gradual. No início, existiria apenas uma alíquota teste de 1%. Dessa forma, o ICMS só saía de cena, de fato, em 2033. A proposta do relator era que o IBS começasse a valer em 2029. O argumento dos estados é que eles perderiam autonomia. Isso porque também entrará em vigor a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), imposto que vai reunir os tributos federais. Eles avaliam que a legislação pode ser simplificada. O relator está disposto a reaver a escala de implementação, mas não necessariamente no ritmo proposto pelos estados.



“Não há paixão pelo texto. Alguns governadores estão com o pleito de que façam a arrecadação de impostos e sua repartição. Acho que o relator Aginaldo (Ribeiro, do PP-PA) não tem problemas em fazer mudanças com a segurança jurídica que tragam mais votos.”

— Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara



Webtek. Lira diz que não pode sofrer ajustes. Tarcísio de Freitas (em primeiro plano) e outros parlamentares em jantar, ele é contra a criação do conselho federativo, que faz a gestão do novo imposto e repassaria aos estados

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11